

UMA NOVA FASE ECONÔMICA OU MAIS UM EPISÓDIO DE EXPLORAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL? O ECOTURISMO NO VALE DO RIBEIRA (SP)

Jaime Nogueira MENDES JÚNIOR¹

Marcos César FERREIRA²

Resumo

O turismo tem sido apontado como o próximo ciclo econômico do Vale do Ribeira, definindo-se como solução para os conflitos sócio-ambientais provenientes da implantação das unidades de conservação. Espera-se com isso aplacar a miséria e promover o desenvolvimento sustentável regional. Por outro lado, uma breve análise da História regional revela aspectos de ordem sócio-ambiental e estratégias de dominação social que, juntamente com as deficiências atuais de planejamento regional para o Vale, podem produzir resultados extremamente nocivos ao segmento pobre da população local, perpetuando o estado de miséria dos grupos oprimidos por meio da imposição de uma estrutura de mercado orientado pela ótica e cultura urbano-industrial.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Conflito sócio-ambiental. História econômica regional. Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira. Mata Atlântica.

Abstract

A new economic growth period or one more episode of social and environmental exploitation? ecotourism in Vale do Ribeira (SP)

Tourism has been pointed out as the next economic phase in Vale do Ribeira, as well as a solution for the resulting social-environmental conflicts due to the establishment of protected natural areas. In this way it is expected to minimize the poverty and to promote the regional sustainable development. On the other hand, a brief analytical review of the regional History reveals cultural aspects and social domination strategies which, together with the present regional planning shortcomings for Vale do Ribeira, may produce extremely negative results for the poor segment of the local population. This perpetuates the miserable condition of the oppressed groups through the imposition of a market structure oriented by an urban-industrial sight and culture.

Key words: Regional development. Social-environmental conflict. Regional Economic History. Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira. Mata Atlântica Forest.

¹ Ecólogo – Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Endereço: Sítio Pirapitingui, s/n – CP 297 – CEP 13825-000 – Holambra – SP – E-mail: jaimendes@yahoo.com.br

² Professor livre docente do departamento de Geografia – Instituto de Geociências - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Endereço: r. João Pandiá Calógeras, 51 – CP 6152 – CEP 13083-970 – Campinas – SP – E-mail: macferre@ige.unicamp.br

INTRODUÇÃO

Dizer que a História do Vale do Ribeira é tão longa quanto a História do Brasil é um desses clichês inevitáveis (Figura 1). Embora haja indícios que sinalizem para uma suposta ocupação do Baixo Vale por volta de 1498 (TRINDADE, 2004), o primeiro documento fidedigno em que se registra a presença de europeus nessa região é o diário de navegação da Primeira Expedição Colonizadora de Martim Afonso de Souza que, em 1531, reporta a presença anterior de portugueses e espanhóis na região de Cananéia (SCATAMACCHIA, DEMARTINI, CALIPPO, 2003).



Figura 1 – Localização do Vale do Ribeira no Estado de São Paulo

O trabalho que segue, parte de tese de doutoramento em Geografia defendida por Mendes Júnior (2007), adota o processo histórico-econômico como eixo orientador na investigação acerca da natureza do processo que tem apresentado o ecoturismo, atualmente, como fórmula de conciliação entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico no Vale do Ribeira. Por meio da abordagem proposta neste trabalho, procuramos desvelar as estratégias de dominação social e ambiental que, ocultas no discurso do desenvolvimento sustentável, deflagram o conflito atual e se perpetuam por meio de medidas, análises e recomendações técnicas indicadas pelos órgãos oficiais que abrigam a causa desenvolvimentista no Vale do Ribeira.

ASPECTOS DA HISTÓRIA ECONÔMICA REGIONAL

Imbuídos pelo sonho do *Eldorado*, os primeiros colonizadores, aproveitando a morfologia em leque da bacia de drenagem, infiltraram-se até as cabeceiras da malha hidrográfica ao pé da Serra de Paranapiacaba, denominação regional para a Serra do Mar. O ouro encontrado, embora pouco, foi suficiente para alimentar a imaginação da Coroa Portuguesa, resultando na criação da *Casa de Officina Real da Fundação de Ouro* em Iguape e definindo aquela que seria considerada, mais tarde, a *primeira fase econômica* do Vale do Ribeira (FORTES, 2000).

O rápido esgotamento das reservas auríferas da região, somado ao descobrimento de grandes jazidas de ouro nas *Minas Gerais* em 1693, afrouxaram ainda mais os ânimos e acirraram a instabilidade econômica regional. A divulgação da descoberta causou grande agitação tanto na colônia como na metrópole, desencadeando a *Corrida às Minas Gerais*. Este evento provocou a evasão acentuada dos habitantes do Vale e de toda a capitania de São Vicente, resultando em um estado de abandono generalizado na região (BRAGA, 1999).

É por volta desta época que a *construção naval* começou a ganhar destaque no cenário econômico regional (BRAGA, 1999; FORTES, 2000). Impulsionada pela acumulação de capital da fase aurífera, a nova fase econômica, embora restrita ao litoral, garantiu a reprodução do capital que serviria de base para a expansão da rizicultura na região.

O pequeno contingente que decidiu permanecer no Vale seguiu com alguma atividade de garimpo, cuja produção deve ter sido suficiente para justificar o funcionamento da Casa de Fundação em Iguape até 1763, quando, em vista da produção inexpressiva e diante das novas possibilidades econômicas sinalizadas pela rizicultura em franca expansão na região, suas atividades se encerraram definitivamente.

Gradativamente, a partir do final do século XVIII, o Vale foi se firmando como importante centro de produção de arroz para o abastecimento interno. A produção, escoada por meio da rede hidrográfica para o porto de Iguape, seguia para os portos de Santos e Rio de Janeiro (VALENTIM, 2003).

Em meados do século XIX, a região experimentou o apogeu do ciclo do arroz, economia esta que se definiu como a mais importante na História do Vale do Ribeira. Entretanto, é neste mesmo período que se iniciam algumas importantes mudanças de caráter político e ambiental, motivadas pelos interesses econômicos da época, que resultariam, mais tarde, no colapso total da economia do arroz na região.

Como se sabe, a produção agrícola no Brasil se fundamentava essencialmente na exploração da mão-de-obra escrava. Pressionado pelos interesses econômicos da Inglaterra, o Governo brasileiro, após um longo período de relutância, instituiu a Lei Eusébio de Queirós de 1850, que ordenava a extinção total do tráfico transatlântico de escravos africanos (CERVO, 1981). A medida, obviamente, teve repercussão negativa nos diferentes segmentos da agricultura escravista e se converteu num dos fatores que determinaram a crise no abastecimento de gêneros alimentícios.

Por essa época, o preço do arroz sobe significativamente e acelera o crescimento econômico que se concentra principalmente em Iguape e Cananéia, onde os proprietários de engenhos de beneficiamento, bem como os comerciantes, controlavam o mercado regional do arroz (BRAGA, 1999).

O escoamento da produção de arroz proveniente do interior do Vale contava, por aquela época, com uma nova facilidade: a disponibilidade de um estreito canal artificial construído ao longo de 25 anos, e que seria, mais tarde, conhecido por *Valo Grande*. Este canal permitia a redução de, aproximadamente, 20 km no percurso entre o Rio Ribeira e o porto de Iguape, conferindo maior dinamismo e menores custos no transporte do arroz.

O quadro mercadológico, extremamente oportuno, associado aos meios prontamente disponíveis, tais como o amplo aparato naval e a nova rota de escoamento da produção para o porto de Iguape, resultaram na fase de maior prosperidade econômica para a região.

Contudo, por volta de 1860, o arroz produzido no Brasil deixa a pauta dos dez produtos mais exportados e volta a abastecer, quase que exclusivamente, o mercado interno em decorrência do aumento populacional e o conseqüente aumento da demanda de alimentos na Baixada e no Rio de Janeiro (VALENTIN, 2003). Enquanto isso, o café, cuja expansão avançava a passos largos, já havia se configurado, há algum tempo, no principal item da pauta brasileira de exportação (FURTADO, 1987), promovendo forte atração nos investidores que, historicamente, sempre buscaram maiores rendimentos financeiros. Aos poucos, a cafeicultura absorveu não só os capitais que antes se destinavam ao complexo canavieiro e rizicultor, mas, sobretudo, a disputada mão-de-obra escrava que, gradualmente, se transferia para as zonas produtoras do café (MULLER, 1980).

No último decênio do século XIX, a economia do arroz no Vale do Ribeira agonizava mediante as dificuldades impostas pela escassez de mão-de-obra, descapitalização da produção e concorrência com o arroz produzido no planalto em antigas zonas cafeeiras, bem como com o arroz que vinha sendo importado em quantidades crescentes a partir de 1890 (VALENTIN, 2003).

A VIRADA DO SÉCULO XIX: O CAIPIRA, A INDÚSTRIA E A FLORESTA

É em meio a esse conturbado final de século que a região do Alto Vale do Ribeira começou a ganhar notoriedade nos meios científicos devido à grande concentração de grutas e cavernas. As primeiras pesquisas na região, com merecido destaque para Ricardo Krone, apontavam a importância da preservação do patrimônio espeleológico local e sugeriam a criação de um parque (BONDUKI, 2002). Essas idéias ficaram incubadas nos meios científicos da época e, aos poucos, amadureciam.

Entre o final do século XIX e início do século XX, o Vale sofreu um dos maiores golpes na sua economia. Confirmou-se a gravidade dos efeitos produzidos pela abertura do canal artificial entre o Rio Ribeira e o porto de Iguape, o *Valo Grande*. O estreito canal que, no passado, permitia a passagem de uma única canoa por vez, tinha ganhado dimensões assustadoras e aterrorizava os iguapenses com a possibilidade de destruir a cidade. A situação era ainda mais grave, pois o material que fora solapado dos barrancos se acumulou em grandes quantidades no leito do Mar Pequeno que, em 1903, estava assoreado a ponto de inviabilizar a aproximação de embarcações de maior calado (VALENTIN, 2003). Daí por diante, o porto de Iguape, que havia sido a pedra estrutural da economia regional, foi perdendo a razão de existir até desaparecer completamente.

É por volta do primeiro decênio do século XX que a cultura caipira começa a se expandir por toda a região, desde a Baixada até o interior do Vale do Ribeira (MULLER, 1980). Antônio Cândido, na sua obra "Os Parceiros do Rio Bonito" (1971, p. 79) caracterizou a cultura caipira, assim definindo-a: "[...] cultura ligada a formas de sociabilidade e de subsistência que se apoiavam, por assim dizer, em soluções mínimas, apenas suficientes para manter a vida dos indivíduos e a coesão dos bairros".

De acordo com Muller (1980), a cultura caipira é resultado do isolamento sócio-econômico e cultural que se processa, no caso do Vale do Ribeira, a partir do aprisionamento geográfico que encerra a região, e tem como características mais marcantes a produção baseada no trabalho familiar, auxílio vicinal e a posse de terras, o que confere ao caipira algum excedente para a obtenção de utensílios e roupas. Além disso, outra caracte-

terística marcante apontada pelo mesmo autor é a larga margem de lazer desfrutada pelo caipira.

Uma leitura cuidadosa sobre a cultura caipira revela aspectos e detalhes importantes, permitindo que se descortine um outro estereótipo, enriquecido de nova forma e substância, para o homem típico do interior do Estado de São Paulo. Segundo Brandão (1983, p.46), os caipiras do Estado de São Paulo souberam desenvolver, dentro do seu inextrincável espaço geográfico e social, um “modo de vida regido por códigos extremamente criativos de relações baseadas no trabalho, no respeito mútuo, nos valores da fé religiosa do catolicismo, na honra e na solidariedade”. A riqueza da cultura caipira se evidencia na diversidade dos artefatos e técnicas de cultivo da terra, no amplo conhecimento do comportamento do clima e dos tipos de solo em relação aos cultivares, no conhecimento sobre a floresta, de onde se extrai o complemento à dieta e às parcas finanças do caipira, na musicalidade que integra o ambiente religioso e o ambiente de trabalho, assim como nos instrumentos musicais artesanais típicos como a viola e a rabeca, e a complexidade dos variados modos de afinação.

Entretanto, a visão comum que ainda prevalece nos dias de hoje acerca do caipira é muito diferente. As razões para isso residem na imagem construída pelo olhar científico distanciado e sob o abrigo da lógica urbana. Um exemplo típico pode ser encontrado nos relatos do emérito botânico Hoehne (1940) que, durante a excursão botânica ao Litoral e Vale do Ribeira, fez o seguinte retrato do caipira do litoral:

De falar cadenciado, mostram sempre que nada lhes parece urgente, nada mais interessante do que a vida de pescadores de rede e arrastão. Muito pobres embora, são conformados, sem ambições enquanto não tiverem ocasião de experimentar a utilidade de recursos monetários mais folgados. Então tornam-se também “ladinos” e algumas vezes capazes de “passarem a perna” na gente mais civilizada das cidades. (HOEHNE, 1940, p. 10)

O ideal desenvolvimentista, que permeava o modo de pensar daquela época, encontrou nos acadêmicos o meio necessário para a reprodução dos valores de uma sociedade urbana recém-industrializada, os quais colidiam frontalmente com os valores encerrados na cultura caipira.

Hoehne reafirma aquilo que já havia sido relatado um século antes por Saint-Hilaire e por Monteiro Lobato em 1918. O perfil do caipira descrito por Hoehne era, naquela época, inconcebível ao lema prescrito no estandarte nacional desde 1889 - “ordem e progresso” - o qual sumariava as idéias progressistas que alimentavam o delírio humano sobre o desenvolvimento e exigiam espírito dinâmico e empreendedor.

Contudo, é certamente Monteiro Lobato um dos grandes responsáveis pela caricatura do caipira que ficou imortalizada na figura decadente de seu personagem Jeca Tatu. Na sua obra *Urupês* de 1918, Monteiro Lobato denuncia que o caipira “coexiste com o atraso, de quem não é vítima, mas produtor, com a coivara, a doença e a absoluta ignorância. Coexiste com o rancho de sapé aos pedaços e com a reprodução da miséria. É um destruidor da natureza, sendo este o único trabalho que ele realiza com proveito e eficácia” (BRANDÃO, 1983, p.27).

No início dos anos 20, o café deixava de ser um fator positivo para a industrialização e se convertia num sério obstáculo à modernização dos meios de produção. Ao passo que o preço do café caía rapidamente no mercado externo, o Brasil, governado pela oligarquia agrária, expandia notavelmente os cafezais (FURTADO, 1987), cujo produto foi se acumulando nos armazéns de estocagem. Essa estratégia estava respaldada no que se chamou de “defesa permanente do café” e tinha por objetivo a sustentação dos preços no mercado externo. Essa situação, que perdurou até o início dos anos 30, provocou um atraso considerável no estabelecimento do parque industrial brasileiro (GORENDER, 1988).

É nesse clima de tensão entre a oligarquia agrária e os adeptos da ideologia da modernização que Monteiro Lobato encontra seus motivos para aniquilar a cultura caipira. Sustentado pela abordagem científica acadêmica, que já impregnava a percepção no universo urbano, e engajado na causa desenvolvimentista, cujo emblema era a industrialização, o autor de *Urupês* emite juízos de valor distorcidos e equivocados acerca do caipira, transformando o significado do verbete em sua acepção pejorativa.

Se por um lado havia a necessidade de incrementar o desenvolvimento industrial, por outro lado, surgia a preocupação com a manutenção e proteção de áreas naturais que encontrava no modelo americano de parques e reservas a fórmula para preservar amostras da vegetação original, o qual não considerava o componente social como parte integrada à paisagem (DIEGUES; NOGARA, 1994).

Em 1929, por ocasião da excursão botânica ao Vale do Ribeira, Hoehne (1940, p.41) reforça as recomendações de Ricardo Krone, e assim foi se definindo a implantação das unidades de conservação na região, como se observa no trecho transcrito de sua obra "O Litoral do Brasil Meridional".

Ali devíamos, porém, ter uma reserva florestal ou estação biológica que abrangesse parte da baixada e se estendesse até o alto da serra, porque é evidente que muitas espécies devem existir ali que debalde procuraremos em outras partes do Estado. Não sabemos se há terras devolutas, mas se existem deveriam ser garantidas desde já, para evitar que as matas sejam destruídas e os animais dizimados pelos caçadores. Talvez, a região mais própria para isso seria Iporanga, para serem incluídas as interessantes grutas calcárias, de que o Dr Alípio de Miranda Ribeiro, descreveu peixes que, pelo hábito do escuro das grutas, renunciaram à visão, tornando-se cegos, para se orientarem pelo tato. (HOEHNE, 1940, p. 41)

Sob o prisma do reducionismo científico, capaz de apartar as populações locais de seu ambiente, e da ótica urbano-industrial, produtora do caipira estereotipado e improdutivo, surge a legislação regulamentadora das unidades de conservação no Vale do Ribeira. Em outras palavras, é a visão historicamente datada de cientistas e literatos que define o modo de implantação das áreas a serem protegidas, onde o elemento humano, representado pelas populações locais, é percebido como um ser asselvajado em constante demanda pelo amparo da civilização. A negação do modo de vida caipira como consequência da valorização do modo de vida urbano é um dos núcleos da ideologia da modernização (BRANDÃO, 1983). A vida na mata, sob a ótica desses grandes homens, parece imprópria às populações locais, e assim, elas são separadas ou separáveis do ambiente em que vivem.

Lembremos que no período entre 1910 e 1940, o Vale do Ribeira se submeteu a uma profunda transformação quando a organização caipira da produção agrícola tornou-se predominante e converteu-se no eixo econômico regional (MULLER, 1980). Tratava-se de uma travessia difícil por um período marcado pela estagnação econômica e a consequente pobreza material. Foi graças à cultura caipira que essa travessia se fez segura e garantiu, embora em níveis mínimos, a sobrevivência de cidades e vilarejos da região.

Por volta de 1950, surgiam os primeiros resultados do aquecimento econômico induzido pela imigração japonesa de 1912, embora ainda insuficientes para retirar a região do quadro de pobreza. A expansão da bananicultura e teicultura, bem como a demanda por lenha, carvão vegetal e madeira de caixeta (*Tabebuia cassinoides* (Lam.) D.C.), encontraram no caipira a mão-de-obra necessária e concorreram para a diversificação do modo de produção tradicional, ao qual foram adicionados a atividade extrativista vegetal, o carvoejamento e a pesca com fins estritamente comerciais (MULLER, 1980).

A retomada da mercantilização da agricultura regional, que se deu principalmente a partir dessa época, venceu o modo caipira de produção nas porções central e norte da região por volta de 1975 (BRAGA, 1999; MULLER, 1980).

O avanço da mercantilização capitalista das forças de produção supõe a readaptação do modo caipira de produção e implica, necessariamente, o aumento de tempo dedicado às tarefas economicamente produtivas em detrimento de outras que não se enquadram nesta categoria, tais como aquelas relacionadas à religião, às festas, enfim, à cultura local (BRANDÃO, 1983). Assim, desaparecem, gradualmente, as formas de cooperação vicinal e utilização do trabalho familiar, sinalizando para a completa desagregação social característica da modernidade. Muller (1980) sintetiza bem essa idéia no parágrafo transcrito a seguir:

Com a tendência ao desaparecimento da cooperação vicinal como característica da sociabilidade caipira, desaparecem as festas caipiras, notadamente religiosas, pois elas supõem uma razoável quantidade de dias de rezas e novenas em que não se trabalha. (MULLER, 1980, p. 40)

A IMPOSIÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA AMBIENTAL

Em 1958 foi criado o primeiro Parque Estadual do Vale do Ribeira, o Parque Estadual do Alto Ribeira (PEAR), nas imediações dos municípios de Apiaí e Iporanga. Esse fato em nada interferiu, pelo menos nas três décadas seguintes, no cotidiano das populações locais, as quais obtinham, por meio do extrativismo, a complementação para suas necessidades básicas.

Porém, à medida que a mercantilização capitalista avançava, intensificava-se também o extrativismo de caráter comercial resultante da readaptação da organização caipira da produção. Recursos florestais como a caixeta (*Tabebuia cassinoides* (Lam.) D.C.) e o palmito tornaram-se cada vez mais escassos na Baixada, enquanto hordas de palmiteiros adentravam o Vale em busca da Jussara (*Euterpe edulis* Mart.) que, rapidamente, desaparecia da paisagem.

Em 1983, o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) saiu do papel e implantou-se definitivamente, trazendo consigo o aparelho de fiscalização e repressão. A presença do Parque se fez sentir imediatamente pelas populações locais, principalmente no Bairro da Serra, o qual havia sido parcialmente englobado no processo de demarcação da referida unidade de conservação.

É bem verdade que, se não fosse a criação e implantação das unidades de conservação, boa parte da área florestal do Vale já teria desaparecido sob a voracidade da economia capitalista. Contudo, não podemos deixar de considerar o outro aspecto desse paradoxo. Embora a experiência tenha nos mostrado que o êxito na conservação ambiental de áreas protegidas só é possível quando há cooperação dos habitantes locais (ERNI, 1993), a implantação das unidades de conservação no Vale do Ribeira adotou uma estratégia que falha, não somente pela insuficiência de planejamento, mas, sobretudo, pela falta de respeito à cultura e à história dos habitantes tradicionais, que se vêem, de um momento a outro, destituídos de quaisquer direitos de uso do ambiente, o que se traduz em ausência total de alternativas econômicas e em ruína social e cultural.

A criação do PETAR foi apenas o início de um processo muito mais amplo de implantação de outras unidades de conservação por meio da imposição das leis de preservação ambiental que hoje totalizam 64% da área total do Vale do Ribeira em sua porção paulista (HOGAN *et al.*, 2000).

A restrição de atividades tradicionais vitais à subsistência das comunidades atingidas, associada à falta total de alternativas econômicas, criou, por parte da população local, uma relação extremamente negativa com o parque, cujo lema preservacionista passou a ser interpretado como sinônimo de miséria. Aqueles que poderiam ter sido os grandes e melhores parceiros para a implantação e monitoramento das unidades de conservação, converteram-se em seus mais poderosos inimigos. Viver a vida como sempre havia sido vivida, passou, de um momento a outro, a ser crime. A população afetada pela presença do parque, acuada entre a marginalização e a fome, seguiu, obviamente, o instinto natural de sobrevivência.

Mais recentemente, ao início dos anos 90, a indústria do turismo começou a dar sinais de uma nova alternativa econômica para a região, prometendo o estabelecimento de uma nova fase na economia regional (SANTOS, 2005; BONDUKI, 2002). Essa alternativa surge como solução às restrições de uso impostas pela legislação ambiental, bem como ao grande potencial turístico da região e à sua privilegiada situação geográfica estabelecida entre os municípios de São Paulo e Curitiba, dois importantes pólos emissores de turistas (VITAE CIVILIS; WWF-BRASIL, 2003).

A CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA E AS RAÍZES DO CONFLITO SÓCIO-AMBIENTAL

O momento no Vale do Ribeira para as populações locais é, certamente, de grandes dificuldades. Boa parte dessas dificuldades tem sua origem nas restrições de uso da terra que, a título de exemplificação, no município de Pedro de Toledo, chegam a abranger 90,04% de seu território (AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA, 2005). Essa situação inviabiliza tanto as práticas tradicionais de cultivo dos roçados baseados na coivara, como a produção agro-pastoril convencional, deixando poucas alternativas de subsistência para a população local. Como sabemos, a origem dessas restrições de uso da terra se deve à implantação, no Vale do Ribeira, de 25 unidades de conservação com o objetivo de garantir a preservação do último grande remanescente de Mata Atlântica poupado pela devastação colonizadora.

Ao analisarmos a situação em que se encontra Mata Atlântica atualmente, podemos entender melhor a preocupação dos preservacionistas materializada na proliferação das unidades de conservação no Vale do Ribeira, isto é, independentemente das consequências sócio-econômicas desse tipo de estratégia para a região. Ao longo do processo de ocupação do território brasileiro, foram abatidos mais de 90% da floresta original que constituía a Mata Atlântica, restando hoje algo em torno de 7% dessa formação florestal que se encontra, em boa medida, distribuída ao longo da costa brasileira em pequenos fragmentos (VITAE CIVILIS; WWF-BRASIL, 2003). A maior parte desses fragmentos não tem condições de manter a dinâmica ecossistêmica original, apresentando altas taxas de extinções locais (MORELL, 2004). Isso ocorre em função das exigências ecológicas de inúmeras espécies, tanto vegetais como animais, que necessitam de áreas amplas para manter suas funções vitais e populações viáveis geneticamente, isto é, para que consigam manter a sua variabilidade genética, um aspecto fundamental para a sobrevivência de quase todas as formas de vida e que possui ampla dependência com a disponibilidade de habitats específicos com dimensões suficientes para abrigar todos os elementos integrantes da biodiversidade original (HARRIS, 1991).

A situação que se esboça para a Mata Atlântica é a de uma verdadeira tragédia. Uma grande parte de sua biodiversidade original já se perdeu, e como todos sabem, extinção é para sempre. As sete espécies de aves que se extinguíram recentemente no Brasil eram

endêmicas dessa formação florestal, isto é, só existiam na Mata Atlântica (MORELL, 2004). Diante do quadro em que se encontra a Mata Atlântica, extremamente fragilizada por meio de extinções que abalam sensivelmente o equilíbrio ecológico dos ecossistemas que a integram, não é difícil entender que qualquer forma de intervenção baseada na utilização de seus recursos pode oferecer riscos de grandes dimensões com perdas irreparáveis ao pouco que restou dessa formação florestal.

Já no Vale do Ribeira a situação é diferente, pois 64,08% do território ainda mantém a floresta em pé, seja ela alterada ou não (AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA, 2005). Da pequena fração que restou da Mata Atlântica no Brasil, aproximadamente 20% desse montante se encontra no Vale do Ribeira (VITAE CIVILIS; WWF-BRASIL, 2003), onde a floresta ainda exibe um caráter relativamente contínuo com ampla comunicação entre as diferentes unidades de conservação, definindo-se num bem valiosíssimo tanto para a população local como para toda a humanidade.

Entendemos que as unidades de conservação do Vale do Ribeira possuem um papel estratégico e emergencial, de importância inequívoca, para assegurar a manutenção, ainda que relativa, de populações vegetais e animais, resguardando-as, pelo menos por mais algum tempo, da sanha voraz do mercado e do consumo das paisagens empreendido pela civilização moderna em busca de satisfação para seu apetite incontrolável.

Parece-nos bastante correta a assertiva de que o modelo de conservação adotado pelas unidades de conservação no Vale do Ribeira não é eficaz para a manutenção da biodiversidade, mas as unidades de conservação podem, enquanto coleções de seres vivos, operar como reservatório de alguma biodiversidade, pelo menos enquanto aguardamos uma mudança de postura em relação ao estilo de vida e hábitos de consumo de uma sociedade em expansão populacional. Ao mesmo tempo, essas unidades de conservação podem ainda desempenhar um importante papel no sentido de promover a sensibilização, educação e esclarecimento ecológico por meio da reaproximação e integração do homem com o ambiente natural e, assim, catalisar o processo de formação de uma compreensão suficiente para superar o atual estado de consciência sócio-ambiental.

Contudo, estes são apenas alguns argumentos relacionados ao aspecto ambiental de uma discussão bastante polêmica que insiste em apresentar como opositor o aspecto social, representado por populações locais, habitantes seculares de territórios que foram transformados em unidades de conservação.

O ECOTURISMO COMO SOLUÇÃO AO PARADOXO DA SEREIA E O ESFOMEADO

Na medida em que os aspectos social e ambiental se confrontam como opostos, teóricos e cientistas sociais criam uma arena virtual em que o conflito se cristaliza, e ali, sob a ótica do pensamento disjuntivo e fragmentador, capaz de separar os dois lados de uma mesma moeda, promovem acalorados debates e edificam os argumentos necessários para a formulação de um paradoxo de difícil solução quando tratado pelo mesmo viés que lhe deu origem.

Do ponto de vista em que se privilegia o caráter social do conflito sócio-ambiental, são apresentados argumentos irrefutáveis em relação ao direito que as denominadas "populações tradicionais" têm sobre o território que lhes foi tomado injustamente. Além das críticas severas e procedentes ao modelo americano de *natural areas*, amplamente adotado no Brasil, que exclui a porção humana da paisagem natural, vários autores defendem que essas populações não produzem grandes impactos ambientais, conhecem práticas de manejo adequadas ao ambiente em que vivem e podem colaborar, de modo decisi-

vo, tanto na conservação do ambiente natural, como na elaboração de políticas públicas regionais direcionadas à conservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável (DIEGUES, 1992; ARRUDA, 1999; BRANDÃO, TSIKIOKA; CARVALHO, 1999).

Esses argumentos são vistos com descrença pela ala mais ortodoxa dos preservacionistas que não querem apostar os últimos remanescentes de Mata Atlântica, já seriamente comprometidos do ponto de vista ecológico, deixando-os aos cuidados de grupos sociais que, como se sabe, “acumulam lixo, caçam ilegalmente, desmatam e recorrem a queimadas ao preparar a terra para o cultivo” (MORELL, 2004, p. 53; TERBORGH e PERES, 2002).

Diante desse cenário emperrado por um paradoxo, o ecoturismo, baseado na idéia do desenvolvimento sustentável, surge como uma fórmula mediadora do conflito sócio-ambiental. À primeira vista, o ecoturismo aparece como uma atividade inofensiva ao ambiente e lucrativa para os grupos afetados pelas unidades de conservação; e não raro, produz a impressão de ser praticado de modo contemplativo por amantes da natureza preocupados com sua conservação.

É a partir dessa visão romântica e estereotipada que o ecoturismo ganha confiança e prestígio, até mesmo, entre os autores mais radicais adeptos do modelo preservacionista, mas não antes de receber rigorosas recomendações baseadas em procedimentos técnicos (DAVENPORT et al., 2002).

Embora o ecoturismo não solucione, necessariamente, o conflito sócio-ambiental, ele certamente atenua o cisma entre sociedades locais e conservação ambiental, ao mesmo tempo em que concilia os interesses dos mais ferrenhos defensores da preservação ambiental e aqueles apregoados pelos defensores do manejo e uso da vida selvagem (TERBORGH; SCHAIK, 2002; REDFORD; ROBINSON, 1991; GROOM, PODOLSKY; MUNN, 1991).

AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

Ao longo do processo de polarização do conflito sócio-ambiental, definido por interesses que se chocam frontalmente entre populações locais e unidades de conservação, surge um segmento dentro da própria Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SEMA) que adota uma *postura mediadora* baseada na idéia de desenvolvimento sustentável e que busca por uma conciliação entre os interesses divergentes dos atores que protagonizam o conflito em questão.

As estratégias empregadas a partir dessa postura mediadora se concentram no fomento de atividades produtivas consideradas “sustentáveis”, cujo objetivo se define em beneficiar, financeiramente, as populações locais afetadas pela implantação das unidades de conservação e, de uma forma ainda obscura, promover o desenvolvimento sustentável regional.

Dentro de uma série de projetos definidos como “sustentáveis”, o ecoturismo tem lugar de destaque absoluto por razões econômicas inquestionáveis. Contudo, é na crença de que o ecoturismo possa ser uma boa alternativa de sustentabilidade econômica para as comunidades afetadas e para as unidades de conservação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica que a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SEMA) e o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA) elegem o ecoturismo como o carro-chefe de suas ações estratégicas no processo de mitigação do conflito local, o que se dá, certamente, mediante a *idéia do que é ecoturismo* para a SEMA e para CNRBMA (ROCHA; COSTA, 1998, p. 129), a qual transcrevemos:

Ele é uma modalidade de turismo responsável, que respeita os limites naturais das áreas visitadas e os costumes e tradições locais, promovendo a educação ambiental do visitante e o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Certamente, é o aspecto positivo dessa definição de ecoturismo associada ao caráter financeiramente promissor desse segmento da indústria turística que pesam na eleição dessa atividade como sendo uma alternativa promissora para o desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira. O resultado é que o ecoturismo ganha atenção especial a ponto de mobilizar várias instituições e órgãos públicos em torno da idéia de promover a sua implementação na região. O primeiro passo nesse sentido se deu em 1995 por ocasião do seminário promovido pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) no município de Iporanga, cujo tema central se esclarecia no título "Desenvolvimento Sustentável e Ecoturismo para o Vale do Ribeira". As discussões realizadas ao longo desse seminário apontaram a necessidade de inventariar e organizar todas as informações necessárias para o planejamento de ações futuras baseadas na implementação do ecoturismo, culminando com o lançamento da *Agenda de Ecoturismo para o Vale do Ribeira* e definições sobre os *cursos para a formação de monitores ambientais* (ROCHA; COSTA, 1998).

A Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, criada a partir da necessidade do Estado em articular políticas de desenvolvimento para o Vale do Ribeira, foi o resultado de um convênio firmado entre as seguintes secretarias estaduais paulistas: Cultura, Meio Ambiente, Esporte e Turismo, Economia e Planejamento, Emprego e Relações de Trabalho e Agricultura e Abastecimento, além do Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Ribeira (CODIVAR), que reúne as prefeituras dos municípios do Vale do Ribeira em sua porção paulista (VITAE CIVILIS; WWF-BRASIL, 2003).

De acordo com a Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira (2005, p. 1, 6), a sua proposta se define em "melhorar as condições de vida sem alterar o modo de vida das comunidades locais", o que deve ser alcançado por meio de seus objetivos que visam a "estudar, planejar e fomentar o ecoturismo como instrumento do desenvolvimento sustentável regional". Essa mesma Agenda (2005, p. 5) defende que o ecoturismo "se configura como uma das alternativas mais apropriadas para o desenvolvimento local no Vale do Ribeira", desde que seja "realizado de uma forma que respeite o meio ambiente sem impedir a existência e a sobrevivência das populações locais, integrando-as no processo de planejamento da atividade".

A produção da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, ao longo de dez anos de existência, pode ser resumido no lançamento, em 1998, do CD-ROM *Ecoturismo na Mata Atlântica: um guia interativo sobre o Vale do Ribeira*, que procurou reunir informações sobre os atrativos turísticos da região, bem como na produção de um extenso material, disponibilizado em 2005 na Internet, intitulado *Desenvolvimento sustentável na bacia do Ribeira de Iguape: uma análise das condições e limitações sócio-econômicas ao ecoturismo*, que contou com a participação de novas organizações, entre elas a WWF-Brasil.

Esse último trabalho da Agenda, que procurou avaliar o potencial sócio-econômico do Vale do Ribeira direcionado para o ecoturismo é, sem dúvida, o material de referência mais completo sobre esse assunto que dispomos atualmente, principalmente, no que diz respeito aos inventários de equipamentos, serviços e produtos turísticos da região, levantamento de dados sócio-econômicos e estabelecimentos de diretrizes consistentes para o processo de implementação do ecoturismo na região, como são os casos das Diretrizes Estratégicas do Turismo Sustentável para a Gestão Pública e das Diretrizes Estratégicas do Turismo Sustentável para a Iniciativa Privada e o Terceiro Setor, que integram a *Política Regional de Turismo* proposta pela Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira (AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA, 2005, p. 233, 242 - Plano de Desenvolvimento).

A proposição da Política Regional de Turismo é o resultado do entendimento, por parte da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, acerca do quadro de desorganização

das atividades turísticas na região e o reconhecimento do perigo que isso significa para a conservação dos ambientes naturais e para o desenvolvimento das comunidades locais. Dessa forma, a discussão evolui seguindo a tendência internacional de *normatização* por meio da proposição de *certificação ambiental*, tal como fica claro nos parágrafos compilados da seção Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável do Vale do Ribeira, os quais transcrevemos:

Há, no entanto, problemas estruturais que comprometem o uso sustentável dos recursos para fins turísticos, a saber: [...] inexistência de uma marca regionalizada que potencialize a congregação de todas as boas características que compõem os municípios da Região, inclusive em termos de agregar valor na composição de produtos turísticos [...].

A Agência de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, em parceria com outras instituições, deverá articular a instituição de um *selo verde* para as empresas e projetos que sejam ambientalmente responsáveis (*certificação ambiental*) e que forneçam um padrão mínimo de conforto e de qualidade na prestação dos serviços, bem como no fornecimento de produtos. (AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA, 2005, p. 228-279)

ENTRE O DISCURSO E A ANÁLISE TÉCNICA: UM ABISMO E UM FLAGRANTE

A Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira apresenta um inventário bastante completo da oferta técnica para o turismo na região que, como já reconhecemos anteriormente, é um excelente material de referência para ações que visem o planejamento e a implementação do ecoturismo em nível regional. Porém, esse inventário é analisado tomando por base o Guia 4 Rodas Brasil, ao qual a Agenda de Ecoturismo (2005, p. 142) destina créditos de reconhecimento, tal como se pode avaliar no trecho que transcrevemos abaixo:

Para melhor qualificar a oferta optou-se por utilizar como indicativo a presença, ou não, dos estabelecimentos no Guia Quatro Rodas Brasil 2002: o mais conceituado guia turístico impresso do país, que é produzido desde 1965 pela Editora Abril. Cadastra e categoriza estabelecimentos de hospedagem, utilizando metodologia e classificação próprias.

Para quem conhece o Guia 4 Rodas Brasil, e já tenha visitado o Vale do Ribeira, é natural que se entenda a discrepância entre esses dois elementos. A partir desse ponto de vista, é também bastante compreensível o fato de apenas vinte equipamentos hoteleiros, de todo o Vale do Ribeira, aparecerem no referido guia, e mesmo assim, na categoria "o mais simples possível".

A título de exemplificação do teor do texto apresentado pela Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira (2005, p. 143, 144), transcrevemos abaixo dois parágrafos muito elucidativos.

[Em Ilha Comprida] a única pousada reconhecida pelo Guia 4 Rodas é a Pousada Samburgá. Conta com 30 apartamentos equipados com cozinha e frigobar, possui estacionamento próprio, um toboágua, salão de jogos, duas piscinas, play ground e quadra poliesportiva.

No município de Iguape [...] a qualidade da sua oferta é, talvez, uma das melhores da região. Cinco meios de hospedagem são reconhecidos pelo Guia 4 Rodas Brasil. Com a melhor classificação está o Quatinga, inaugurado em 2001. Localizado num parque, com vista privilegiada, a pousada possui apenas quatro quartos, que contam com frigobar e TV, estacionamento próprio, sauna, lago, caiaques, cavalos e quadra de tênis.

Mesmo considerando uma idéia mínima e básica acerca do ecoturista, presume-se que seu interesse está muito mais concentrado nas trilhas, lagos naturais, cachoeiras, isto é, na vivência, contemplação e interação com o ambiente natural. Nesse sentido, presume-se também que esse mesmo ecoturista não está sendo atraído ao lugar de visitação em função da disponibilidade de hotéis luxuosos, quadras de tênis, piscinas, toboágua e outros recursos do gênero.

Curiosamente, na contra-mão da Política Regional de Turismo elaborada pela própria Agenda, após avaliar o pequeno número de equipamentos hoteleiros do Vale que aparecem no Guia 4 Rodas, a Agenda de Ecoturismo (2005, p. 144) conclui: “isso mostra a necessidade latente de melhoria da qualidade dos serviços na região”. Há uma confusão óbvia para a Agenda acerca do que é ecoturismo, quem é o ecoturista e que tipo de serviços e equipamentos são realmente necessários para esse tipo de atividade. Essa suspeita se confirma no espanto por parte da Agenda de Ecoturismo (2005, p. 227) quando se depara com dados que evidenciam o crescimento do ecoturismo na região a despeito das condições rústicas para acomodação do turista.

Cabe no entanto destacar, que a timidez do tipo de infra-estrutura instalada não faz com que o turismo deixe de se desenvolver em vários pontos, seja pela baixa exigência e/ou tolerância da demanda pelo padrão do equipamento e dos serviços prestados, seja pelo potencial dos atrativos regionais que justificam o deslocamento sem o conforto esperado.

Trata-se de um flagrante, principalmente quando se consideram as orientações presentes no corpo do mesmo trabalho expressas por diretrizes consistentes e políticas bem elaboradas. Se por um lado, há um aspecto bastante profissional no trabalho da Agenda de Ecoturismo em relação ao levantamento de informações e elaboração de estratégias para o desenvolvimento sustentável regional, por outro lado, há um aspecto curiosamente primário quando apresentam sua análise da oferta técnica regional. Esse segundo aspecto, de caráter primário, anula o discurso sobre “valorização da cultura local” e desenvolvimento sustentável que estão presentes no mesmo texto. Ao mesmo tempo, choca-se frontalmente com a idéia do que é ecoturismo para a própria SEMA e Conselho Nacional da Biosfera (CNRBMA) (AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA, 2005, p. 161), ao passo que reproduz o equívoco do *ecoturismo de mercado*, o qual tem consumido paisagens e comunidades inteiras por toda a orla marítima do Estado de São Paulo. E por fim, ainda abre a guarda para a entrada de empreendimentos de fora, o que tem se constituído num dos grandes problemas do turismo em relação às comunidades locais (LUCHIARI, 1999).

Se pensarmos no turismo para o Vale do Ribeira tomando por base o Guia 4 Rodas Brasil, certamente, haveria oportunidades mínimas para a inclusão das comunidades locais, o que inviabilizaria a evolução de quaisquer ações direcionadas para o desenvolvimento sustentável regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando por base um perfil mínimo do ecoturista (e.g. WEARING & NEIL, 2001, p. 146), há uma inconsistência flagrante na formatação que a Agenda de Ecoturismo tem pretendido ao ecoturismo no Vale do Ribeira. Essas contradições conceituais provocam um retrocesso nessa discussão e sinalizam para a necessidade de buscar um entendimento melhor e mais claro acerca do que é ecoturismo, e em que medida essa atividade pode ser útil para o desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira.

Lembremos que os sucessivos ciclos econômicos do Vale do Ribeira foram sempre inaugurados pelos grupos que detinham o poder econômico e se constituíam em oportunidades de investimento para a reprodução do capital, cujo sucesso dependia da exploração dos segmentos mais pobres da sociedade. Certamente, o que aconteceu no Vale foi somente o reflexo de um modelo econômico mundialmente difundido, mas que não precisa ser eternamente reproduzido.

Embora o turismo esteja sendo, insistentemente, apontado como o caminho ideal para o desenvolvimento regional no Vale (VITAE CIVILIS; WWF-BRASIL, 2003), há ainda questões mal resolvidas. Uma delas – como conciliar a dinâmica empresarial com a manutenção dos aspectos culturais e ambientais – não é de fácil solução e exige uma rigorosa ordenação na abordagem deste problema. Nosso ponto de vista sugere que o primeiro passo a ser dado é promover uma profunda revisão das bases conceituais que dão suporte à idéia de desenvolvimento e, sobretudo, reavaliar os princípios que norteiam o trajeto desenvolvimentista no mundo atual em contraste com a realidade regional.

REFERÊNCIAS

AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA. **Desenvolvimento sustentável na bacia do Ribeira de Iguape**: uma análise das condições e limitações sócio-econômicas ao ecoturismo. São Paulo, SP, [2005]. 1 CD-ROM. Windows. Relatório final.

ARRUDA, R. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, ano II, n. 5, p. 79-92, 1999.

BONDUKI, M. I. **A implantação de áreas protegidas e o turismo no Bairro da Serra – Iporanga – SP**. 2002. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Ciência Ambiental, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

BRAGA, R. Raízes da questão regional no Estado de São Paulo: considerações sobre o Vale do Ribeira. **Geografia**, Rio Claro, v. 24, n. 3, p. 43-68. 1999.

BRANDÃO, C. R. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. 92p.

BRANDÃO, C. R.; TSIKIOKA, C. G. e CARVALHO, M. C. P. O cerco do verde: o olhar dos outros sobre a questão do ambiente. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, ano II, n. 5, p. 155-180, 1999.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971. 284p.

CERVO, A. L. **O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1981. 254p.

DAVENPORT, L. *et alli* Ferramentas de ecoturismo para parques. In: TERBORGH, J. *et al* (org.) **Tornando os parques eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Editora da UFPR – Fundação O Boticário, 2002. 305-333p.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 22-29. 1992.

DIEGUES, A. C. S.; NOGARA, P. J. **O nosso lugar virou parque**: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá – Parati – Rio de Janeiro. São Paulo: NUPAUB – USP, 1994. 187p.

ERNI, C. Los Mangyan rechazan el Parque Nacional. **Boletín IWGIA**, Copenhagen, n. 3, p. 34 – 37, 1993.

FORTES, R. *Iguape – Nossa História*. Iguape, SP: Edição do autor, 2000.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, SP: Editora Nacional, 1987. 248p.

GORENDER, J. **A burguesia brasileira**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1988.116p.

GROOM, M. J.; PODOLSKY, R. D.; MUNN, C. A. Tourism as a sustained use of wildlife: a case study of Madre de Dios, Southeastern Peru. In: REDFORD, K. H.; ROBINSON, J. G. **Neotropical wildlife use and conservation**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. 393-412p.

HARRIS, L. D. **The fragmented Forest**: Island biogeography theory and the preservation of biotic diverse. Chicago: University of Chicago Press, 1991. 211p.

HOEHNE, F. C. 1940. **O Litoral do Brasil Meridional**. Excursão botânica realizada de 16-9 a 26-10-1929. Secretaria da Agricultura e Comércio de São Paulo. Departamento de Botânica do Estado, Rio de Janeiro, RJ. 111 p.

HOGAN, D. J., CARMO, R. L., ALVES, H. P. F. e RODRIGUES, I. A. Sustentabilidade no Vale do Ribeira (SP): conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população. In: HOGAN, D. J. et al (Org.) **Migração e ambiente em São Paulo**: aspectos relevantes da dinâmica recente. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000. 518p.

LUCHIARI, M. T. D. P. **O lugar no mundo contemporâneo**: turismo e urbanização em Ubatuba – SP. 1999. 218 f. Tese (doutorado). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP.

MENDES JR., J. N. **Ecoturismo e desenvolvimento no Vale do Ribeira**: análise compreensiva de um problema potencial. 2007. 278f. Tese (Doutorado). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP.

MORELL, V. De olho no futuro da Mata Atlântica. *National Geographic*, v. 47, p. 40-54, março 2004.

MULLER, G. **Estado, estrutura agrária e população**: estagnação e incorporação regional. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1980.141p.

REDFORD, K. H.; ROBINSON, J. G. Subsistence and commercial uses of wildlife in Latin America. In: REDFORD, K. H.; ROBINSON, J. G. **Neotropical wildlife use and conservation**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. 6-23p.

ROCHA, A. A.; COSTA, J. P. O.(Coord.) **Não matará**s: a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e sua aplicação no estado de São Paulo. São Paulo: Terra Virgem Editora e Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1998. 259 p.

SANTOS, J. J. **O município, o patrimônio natural e a dinâmica sócio-ambiental no Vale do Ribeira**: o caso do município de Iporanga – SP. 2005. 297 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Área de concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Territorial, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SCATAMACCHIA, M. C. M., DEMARTINI, C. M. C., CALIPPO, F. R. **Guia arqueológico do baixo Vale do Ribeira**. São Paulo, SP: FAPESP, 2003. 50p. Programa Arqueológico do Baixo Vale do Ribeira.

TERBORGH, J.; PERES, C. A. O problema das pessoas nos parques. In: TERBORGH, J. *et al.* (Org.) **Tornando os parques eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Editora da UFPR – Fundação O Boticário, 2002. 334-346p.

TERBORGH, J.; SCHAİK, C.V. Por que o mundo necessita de parques. In: TERBORGH, J. *et al.* (Org.) **Tornando os parques eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Editora da UFPR – Fundação O Boticário, 2002. 25-36p.

TRINDADE, A. **Iguape**: Litoral sul de São Paulo – Brasil. Iguape, SP: Prefeitura do Município de Iguape – Departamento de Turismo, Esporte e Cultura, 2004.

VALENTIN, A. **Comércio marítimo de abastecimento**: o porto de Iguape (SP), 1798-1880. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/> . Acesso em: 25 de outubro de 2004.

VITAE CIVILIS, WWF-BRASIL. **Sociedade e ecoturismo**: na trilha do desenvolvimento sustentável: como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo no Vale do Ribeira na Mata Atlântica. Editora Fundação Peirópolis, São Paulo, SP, 2003. 144p.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri: Editora Manole Ltda, 2001. 256p.

Recebido em novembro de 2008

Aceito em março de 2009